

AJ05425

# Economia

“Os países ricos, que antes tinham todas as verdades, estão ouvindo mais. E o Brasil se comporta como se não tivesse a grandeza que tem” LULA



**Queda.** Serra, Vitória e Aracruz perderão verba

# O ranking das cidades que mais terão verba de ICMS

**Anchieta, Linhares, Cariacica, Itapemirim e Conceição da Barra registram o maior aumento nos repasses**

**DENISE ZANDONADI**  
dzandonadi@redgazeta.com.br

■ ■ A crise econômica, desencadeada no ano passado, e a produção de petróleo, principalmente no mar, tiveram impacto na divisão da receita gerada pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a ser repassada em 2010. Anchieta, Linhares, Cariacica, Itapemirim e Conceição da Barra serão as cidades com maior crescimento de receita. Esse dinheiro é oriundo dos 25% da arrecadação total que o governo estadual tem para repassar e mostram o Índice de Participação dos Municípios (IPM), publicado ontem no *Diário Oficial*.

Anchieta foi beneficiada pela inauguração de mais uma usina de pelotização da Samar-

co. Linhares registrou aumento das atividades da indústria do petróleo. Cariacica, diante do crescimento de diversas atividades econômicas, em especial a do setor de distribuição.

Itapemirim ganhou verba de ICMS devido à alteração feita pela Petrobras em relação à localização dos poços de petróleo. E Conceição da Barra também foi beneficiada pelo petróleo e pelas destilarias de álcool.

Mas, se houve aumento para algumas cidades, outras amargarão redução no índice. As quedas mais expressivas são: Serra, onde estão localizadas muitas empresas do setor metalmeccânico, que foi muito atingido pela crise mundial; Vitória, em função do aumento do índice para outros municípios; Aracruz, também por causa da crise; São Mateus e Muniz Freire.

Em termos percentuais, as três cidades que mais recebem verba ainda são Vitória (21,586%), Serra (15,268%) e

Vila Velha (6,15%).

## RETIFICAÇÃO

Segundo o secretário estadual da Fazenda, Bruno Negris, em alguns casos, a mudança no índice foi provocada pela retificação realizada pela Petrobras. “A estatal decidiu fazer uma correção: recolher o tributo (ICMS) tomando como base o município onde está a boca do poço de petróleo e não onde está a extensão do poço, como faz a Agência Nacional do Petróleo (ANP) para calcular royalties e participação especial”, explicou Negris.

Esse procedimento fez com que a Secretaria da Fazenda tivesse que publicar novamente, ontem, a tabela com os índices de participação de cada município para 2010. O conceito diferente para a localização do poço de petróleo, no caso do recolhimento do ICMS, provocou mudanças no índice de alguns municípios, como é o caso de Itapemirim, explicou Negris.

## Saiba mais

Índice de participação dos municípios

Instituto Jones dos Santos Neves  
Biblioteca

### Divisão do bolo

Veja quanto cada município terá no ano que vem, em porcentagem de participação

Municípios	Índice (%)		Municípios	Índice (%)	
	2010	2009		2010	2009
Afonso Cláudio	0,644	0,623	Jerônimo Monteiro	0,224	0,226
Água Doce do Norte	0,307	0,325	João Neiva	0,374	0,418
Águia Branca	0,358	0,373	Laranja da Terra	0,337	0,346
Alegre	0,486	0,490	Linhares	4,296	3,426
Alfredo Chaves	0,414	0,394	Mantemópolis	0,275	0,287
Alto Rio Novo	0,266	0,219	Mar.ataízes	0,345	0,341
Anchieta	4,524	2,710	Marechal Floriano	0,519	0,499
Apiacá	0,177	0,190	Marilândia	0,369	0,410
Aracruz	4,221	4,571	Mimoso do Sul	0,535	0,522
Atílio Vivácqua	0,354	0,336	Montanha	0,490	0,552
Baixo Guandu	0,676	0,680	Mucurici	0,266	0,285
Barra de São Francisco	0,819	0,884	Muniz Freire	0,575	0,696
Boa Esperança	0,349	0,382	Muqui	0,262	0,262
Bom Jesus do Norte	0,208	0,207	Nova Venécia	1,029	1,077
Brejetuba	0,472	0,518	Pancas	0,471	0,474
Cachoeiro de Itapemirim	3,244	3,323	Pedro Canário	0,376	0,386
Cariacica	3,522	3,460	Pinheiros	0,578	0,613
Castelo	0,984	1,031	Piúma	0,185	0,179
Colatina	2,292	2,279	Ponto Belo	0,220	0,247
Conceição da Barra	0,889	0,727	Presidente Kennedy	0,633	0,454
Conceição do Castelo	0,454	0,524	Rio Bananal	0,645	0,678
Divino de São Lourenço	0,183	0,181	Rio Novo do Sul	0,295	0,283
Domingos Martins	0,909	0,843	Santa Leopoldina	0,405	0,413
Dores do Rio Preto	0,195	0,208	Santa Maria de Jetibá	1,266	1,161
Ecoporanga	0,788	0,827	Santa Tereza	0,540	0,577
Fundão	0,339	0,295	São Dom. do Norte	0,404	0,415
Governador Lindenberg	0,466	0,482	São Gabriel da Palha	0,739	0,755
Guaçuí	0,400	0,402	São Jose do Calçado	0,280	0,287
Guarapari	0,855	0,815	São Mateus	1,719	1,887
Ibatiba	0,407	0,375	São Roque do Canaã	0,327	0,332
Ibiraçu	0,327	0,319	Serra	15,268	16,325
Ibitirama	0,252	0,237	Sooretama	0,523	0,546
Iconha	0,349	0,351	Vargem Alta	0,500	0,500
Irupi	0,339	0,354	Venda N. do Imigrante	0,812	0,789

# Receita cresceu 83% nos últimos cinco anos

## Distorções entre os valores repassados levam prefeitos a brigar por mudanças na fórmula de cálculo

■ O crescimento médio de 83% no repasse do ICMS nos últimos cinco anos (entre 2003 e 2008), apesar de ter sido favorável aos municípios capixabas, parece ter acomodado as pressões por mudanças na forma de fazer o rateio do tributo entre as cidades, uma bandeira antiga dos prefeitos. Essa é uma das avaliações feitas por especialistas quando consideram os números referentes à distribuição do ICMS no ano passado. Os dados fazem parte do levantamento fei-

to pelo anuário Finanças dos Municípios Capixabas, lançado pela Aequus Consultoria.

A pesquisa desenvolvida pelo anuário aponta, por exemplo, que em 2008, as cidades do Espírito Santo totalizaram R\$ 1,19 bilhão de repasse de ICMS. O crescimento foi de 13,3% se comparado com 2007, segundo o economista e editor do anuário, Alberto Borges.

O tributo repassado para as cidades teve crescimento diferenciado quando analisado por regiões. No Sul do Estado, por exemplo, de 2003 a 2008, o crescimento do repasse de ICMS teve crescimento de 74%, enquanto que na Região Metropolitana, o aumento no mesmo período foi de 99%. Já na região Centro-Serrana, o crescimento do

repasso foi de 85%, no Norte de 53%, e Noroeste de 75%.

Por causa dessas discrepâncias é que os prefeitos vêm brigando para que sejam feitas mudanças na fórmula de cálculo do repasse de ICMS. "Nós sabemos que 75% da composição do índice de cálculo estão na Constituição federal, não dá para os Estados mudarem, mas podemos mexer nos 25% restantes", afirma Sílvio Benezoli, presidente do Conselho Fazendário Municipal (Confaz-M).

"Não tem como cidades como Sooretama ou Itarana terem expectativa de melhorar a receita competindo com Anchieta, Aracruz ou Linhares, por exemplo, que estão cada vez recebendo mais plantas industriais, por exemplo".

## Como é feito o repasse

■ **Participação.** O repasse de ICMS é feito com base em duas divisões: 25% do bolo do imposto é dividido com base em legislação estadual e 75% com base no que prevê a legislação federal. O índice da tabela acima serve para dividir o bolo dos 25% referentes ao bolo estadual.

■ **Mudança.** Prefeitos e vereadores vêm conseguindo fazer alterações na legislação estadual para alterar a forma de cálculo do Valor Adicionado Fiscal (VAF), usado como referência para definir quanto cada município deve receber de repasse.

■ **Federal.** Em nível federal, porém, a situação é diferente e os prefeitos não conseguem alterar a legislação que acaba criando

distorções cada vez mais graves. Como o bolo a ser dividido pela legislação federal, 75%, é muito maior, a briga por mudança vem crescendo, também porque a atividade petrolífera tem aumentado o índice de alguns municípios em detrimento da queda de receita da maioria.

■ **Fundo.** No Espírito Santo, para diminuir a distância entre as cidades que mais recebem ICMS das que menos recebem e, ainda, para dividir com os quase 70 municípios onde não há produção de petróleo e gás, o governo estadual criou um fundo. O governo destina 30% dos royalties e participação especial que recebe para dividir entre os municípios que menos recebem ICMS e que têm população maior.

■ **Revisão.** A tabela publicada ontem no Diário Oficial do Estado pode ser contestada pelos prefeitos, segundo o secretário estadual da Fazenda, Bruno Negris. Uma comissão especial de julgamento é criada todo ano para julgar cada pedido de impugnação. A partir da data da publicação da tabela, o município tem 30 dias para pedir a impugnação junto à Secretaria da Fazenda.

■ **Julgadores.** A comissão é composta por auditores fiscais da Secretaria da Fazenda, técnicos da Procuradoria Geral e um representante da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) indicado pelos próprios prefeitos. Esta comissão é nomeada especialmente para julgar os pedidos de impugnação.

Irupi	0,339	0,354	Venda N. do Imigrante	0,812	0,789
Itaguaçu	0,371	0,403	Viana	0,911	0,943
Itapemirim	0,763	0,648	Vila Pavão	0,355	0,367
Itarana	0,301	0,318	Vila Valério	0,590	0,633
lúna	0,531	0,520	Vila Velha	6,150	6,238
Jaguaré	0,891	1,001	Vitória	21,586	22,346

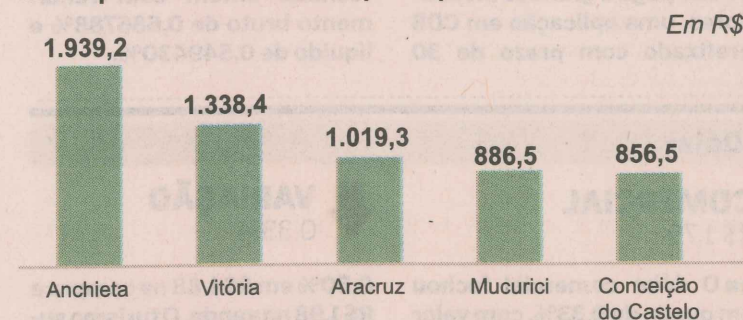
## Números em 2008



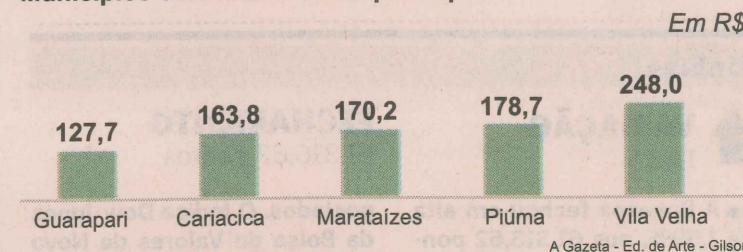
### Per capita

O levantamento publicado pela revista Finanças dos Municípios Capixabas apontou que o valor médio de ICMS repassado por habitante no Espírito Santo em 2008 foi de **R\$ 505,90**, sendo que 21 cidades receberam mais do que **R\$ 600,00**.

### Municípios com maior ICMS per capita



### Municípios com menor ICMS per capita



## Arrecadação de ISS cresce mais no Norte do ES

■ Linhares foi o município que apresentou o maior aumento na arrecadação de Imposto sobre Serviços (ISS) em 2008. A cidade recolheu R\$ 48,8 milhões contra R\$ 32,6 milhões, em 2007, um crescimento de 50%. Entre os municípios do Estado com população acima de 50 mil habitantes, destacam-se Cariacica, com aumento de 18,5%; São Mateus, com 16,5%; e Vila Velha, 15,4% entre 2007 e 2008. Esses dados estão na 15ª edição do anuário Finanças dos Municípios Capixabas, onde estão dados que mostram que a Serra, por exemplo, registrou aumento de 8,8%, enquanto que Viana teve 4,6% e Cachoeiro de Itapemirim (4,1%) apresentaram crescimento mais moderado. Já Colatina teve o mesmo nível de arrecadação de 2007.

## O COOPERATIVISMO faz parte do seu dia a dia.

O CAFÉ, um dos pilares históricos da economia capixaba, tem o cooperativismo como uma das bases de seu desenvolvimento.

- 13 COOPERATIVAS de cafeicultores no Estado com mais de 8 MIL PRODUTORES COOPERADOS.
- 85% SÃO MINI E PEQUENOS produtores que praticam agricultura de BASE FAMILIAR.
- Garante SEGURANÇA AO PRODUTOR beneficiando e armazenando a produção.
- REFERÊNCIA NACIONAL em cotação do Café Conilon.

- Promove QUALIDADE oferecendo assistência técnica, informação e inovação tecnológica aos cooperados.



A Casa do Cooperativismo no Espírito Santo



Mais informações sobre o cooperativismo acesse [www.ocbes.coop.br](http://www.ocbes.coop.br)